



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

19/10/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Saúde mental dos trabalhadores piora na pandemia: 70% estão nervosos, tensos ou preocupados

Apesar de saúde mental ainda ser tabu na relação entre funcionários e empresas, o tema tem um apelo crescente, que foi reforçado na pandemia. Desde o início da crise sanitária global que também afetou relações pessoais e profissionais, a saúde mental dos trabalhadores brasileiros piorou.

Ao menos 70% se dizem mais nervosos, tensos ou preocupados nesse um ano e meio sob a ameaça da Covid e com muita gente trabalhando em casa. Os dados são de um estudo inédito realizado pelo movimento #MenteEmFoco com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

Ansiedade acentuada foi citada por 55%, além de estresse (51%) e tristeza (49%). Dos ouvidos, 62% disseram que a empresa onde trabalham não ofereceu qualquer suporte relacionado à saúde mental.

— É preciso trazer consciência sobre a saúde mental, e as empresas têm papel nisso. A pesquisa indica essa urgência — diz o diretor executivo do IBPAD, Max Stabile.

Também chama atenção o fato de poucos procurarem ajuda especializada. Só 16% foram a psicólogos ou psiquiatras. A maioria (57%) não buscou ajuda, e os demais recorreram a familiares ou amigos.

Entre os ouvidos, 29% relataram dificuldade de exercer alguma função por não se sentirem bem mentalmente, o que afeta também as empresas. Acumulam mais sintomas os jovens de até 34 anos.

Já aderiram à iniciativa 38 empresas, com mais de 200 mil empregados. Elas se comprometem a ter profissionais de referência para atendimento e aconselhamento e a promover ações em favor da saúde mental e da redução do estigma. A meta é superar mil empresas e 10 milhões de pessoas até 2030. **Saiba mais em: CNTI, terça-feira 19 de outubro.**

Estudo mostra que teto de gastos e outras reformas reduzem direitos e ampliam desigualdade

Desde 2016, quando um golpe derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT), o Estado brasileiro vem sendo alvo de várias reformas, sob alegação de criar empregos e promover desenvolvimento e crescimento econômico. Mas, longe de entregar o prometido, o que o teto de gastos e as reformas conseguiram até agora foi destruir avanços nas áreas sociais conquistados nas últimas décadas, precarizando os serviços públicos e reforçando as desigualdades.

É o que destaca o estudo “Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das Reformas do Estado entre 2016 e 2021 na educação” produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com apoio da organização internacional ActionAid e outras entidades. O documento revela como as reformas liquidam, na prática, direitos estabelecidos. De acordo com a coordenadora do estudo, Vanessa Pipinís, ela fazem parte de uma agenda ampla, combinada e complementar.

“A justificativa que estava por trás da medida era de que a redução da dívida pública e dos gastos públicos implicariam necessariamente em um crescimento econômico. E a gente percebe nas análises que isso não é verdade”, explica. **Saiba mais em: CNTI, terça-feira 19 de outubro.**

Preocupação com inflação e risco político cresce em cenários de bancos, diz BC

A inflação e os riscos exclusivamente políticos ganharam peso nos cenários traçados pelas instituições financeiras, segundo levantamento do BC (Banco Central) divulgado nesta segunda-feira (18).

"Ao que tudo indica teremos uma eleição bastante acirrada, bastante polarizada. O complicador maior quando a gente fala em ano de eleição é que geralmente há maior aversão a risco por parte de famílias e empresas e isso prejudica um pouco a atividade econômica", ponderou o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza.

Os bancos afirmaram à autoridade monetária que o crescimento do preço de commodities, a disrupção em cadeias produtivas, a crise hídrica e os riscos fiscais impulsionam a escalada dos preços.

"Na visão dos respondentes, a persistência do processo inflacionário reduz a renda real e favorece a alta na taxa de juros, prejudicando a retomada da atividade econômica. Os riscos exclusivamente políticos advêm de incertezas relacionadas ao ambiente institucional, à antecipação da campanha eleitoral e à polarização política", diz a pesquisa.

De acordo com o estudo, os riscos fiscais continuam sendo foco de preocupação, mas houve mudança na origem do risco.

"Preocupações fiscais relacionadas à pandemia se reduzem em razão do arrefecimento da crise sanitária e da diminuição dos gastos públicos para seu enfrentamento. Em contraste, há um aumento de preocupações com a possibilidade de implementação de políticas favoráveis à expansão fiscal que impactem a sustentabilidade das contas públicas", ressalta o BC.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de outubro.

Sem exportar para a China, queda de preço da carne chega ao consumidor

China e pecuária brasileira se estudam antes de tomarem os novos passos. Os chineses, após a compra de 220 mil toneladas de carne bovina do Brasil no acumulado de agosto e setembro, e pagando preços elevados, ainda avaliam o momento de retorno.

A indústria de carne brasileira sente a ausência do maior parceiro comercial, principalmente porque esse é o momento da saída do gado do confinamento para o abate.

Os chineses não devem demorar para retornar ao mercado, segundo Thiago Bernardino de Carvalho, pesquisador do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Novos fatores, no entanto, devem ser considerados no retorno da China. Entre eles, a evolução menor do PIB no terceiro trimestre, a crise energética e eventuais desajustes na economia, trazidos inclusive pela gigante Evergrande, com problema de liquidez, segundo o pesquisador.

Do lado brasileiro, esse é o pior momento da ausência da China. Pelo menos 15% dos abates dos frigoríficos neste período do ano são de gado confinado. O boi precisa sair do cocho porque está pronto para o abate, e os gastos diários com a alimentação afetam o caixa do pecuarista, eliminando os ganhos esperados, diz Carvalho.

Sem a participação dos chineses no mercado, a arroba de boi gordo terminou a semana passada em R\$ 266,80, o menor valor desde dezembro. Nesta segunda-feira (18), voltou a R\$ 267,80, mais ainda bem abaixo dos R\$ 322 da segunda quinzena de julho.

Sem a China e com um mercado interno sem poder de compra, o quilo da carne recuou para R\$ 19,18 no mercado atacadista da Grande São Paulo, o menor valor desde fevereiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de outubro.